

A sustentação católica do bolsonarismo na Amazônia Legal brasileira

The Catholic support of bolsonarism in the Legal Brazilian Amazon

Daniel Carvalho da Silva¹

Resumo

O presente estudo busca compreender como, no seio da Igreja católica, efetivam-se os discursos de apoio à extrema direita brasileira à qual, nos últimos anos, tem se reconhecido na face de Jair Bolsonaro. Por meio de pesquisa bibliográfica e de análise documental videográfica, perscrutamos as pregações e polêmicas em torno do padre Paulo Ricardo de Azevedo, membro do clero da Arquidiocese de Cuiabá, a respeito de temas centrais para a extrema direita como o porte de armas, a chamada ideologia de gênero e o dito marxismo cultural. Os resultados encontrados apontam a utilização de documentos da Igreja com recortes e interpretações duvidosas e o distanciamento do Evangelho.

Palavras-chave

Extrema direita. Catolicismo conservador. Paulo Ricardo.

Abstract

The present study seeks to understand how, within the Catholic Church, speeches in support of the Brazilian far-right take place, which, in recent years, has been recognized in the face of Jair Bolsonaro. Through bibliographical research and videographic document analysis, we scrutinized the preaching and polemics around father Paulo Ricardo de Azevedo, a member of the clergy of the Archdiocese of Cuiabá, regarding central themes for the far-right such as carrying weapons, called gender ideology and cultural marxism. The results found point to the use of Church documents with dubious clippings and interpretations and distancing from the Gospel.

Keywords

Far-right. Conservative Catholicism. Paulo Ricardo.

INTRODUÇÃO

Depois do Concílio Vaticano II (1965) e das conferências gerais do episcopado latino-americano em Medellín, na Colômbia (1968), e Puebla, no México (1979), grande parte do catolicismo no continente ibero-americano embarcou de cheio nas lutas dos movimentos populares. Esse modo eclesial característico, ao qual Michel Löwy (2000) chamou “cristianismo de libertação”, diz respeito, especialmente, ao período que se estendeu entre as décadas de 1960 a 1990. As igrejas passaram a se organizar em pequenos núcleos chamados Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). E essas comunidades se envolveram nas questões sociais e políticas que afetavam suas realidades.

¹ Doutorando e mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Especialista em Libras e Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) e em Liturgia Cristã pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Licenciado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG) e em Letras-Libras pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Contato: dancarvalho90@gmail.com.

Desse modo, seus membros se associaram a: sindicatos de trabalhadores; projetos educacionais – como o Movimento de Educação de Base (MEB),² em meio ao qual Paulo Freire desenvolveu sua epistemologia; partidos políticos – como ocorreu na Prelazia de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, quando, em 1982, dez agentes de pastoral se candidataram aos cargos de prefeitos para os municípios da região, todos pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB)³ (OLIVEIRA, 1997); movimentos sociais e populares – como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), inclusive, com a fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para o acompanhamento dos conflitos fundiários e violências no campo; e povos originários – caso do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que se aproximou dos indígenas com a intenção de apoiar suas lutas também pelo direito a terra, – entre outras frentes de ação social.

Um caso paradigmático da participação das igrejas católica e luterana na luta pela terra é, com certeza, o do conflito em torno da Fazenda Annoni, na região de Sarandi e Ronda Alta, Rio Grande do Sul, um dos berços do MST. Como em outras ocasiões similares, os padres, pastores, religiosas e agentes de pastoral se colocaram ao lado dos lavradores acampados na Encruzilhada Natalino. A mesma, de onde, no 31 de agosto de 1981, o general Curió, reconhecido por suas façanhas espetaculares e perversas, foi obrigado a se retirar derrotado pelos lavradores (DICKEL, 2017). A organização e a demonstração de forças da luta camponesa deram impulso ao movimento migratório que Simon (2009) denominaria “a diáspora do povo gaúcho”.

Lucas do Rio Verde, no estado de Mato Grosso, seria o destino de muitas famílias que não possuíam terras no Rio Grande Sul. Em seguida, toda a Amazônia foi povoada por “gaúchos”. O espírito desbravador e expansionista dos sulistas, por sua vez, fez surgir, sobretudo no norte do Brasil, uma clara divisão cultural e econômica entre os povos originários da terra – indígenas, ribeirinhos, quilombolas – e os migrantes sulistas. Há que se recordar que nem todos os que migraram tiveram sucesso. A falta de assistência em termos de saúde e educação, o desamparo estatal nos primeiros tempos da chamada colonização, o clima tropical e as intempéries de desbravar uma floresta para transformá-la em lavoura fez com que muitos adoecessem e que outros regressassem ao sul do país (SCHWANTES, 1989). Os que permaneceram, de modo geral, renderam-se ao emergente agronegócio e, atualmente, produzem ou arrendam suas terras para a produção sobretudo de soja, algodão e milho.

Em janeiro de 2022, a *Revista Piauí* publicou uma matéria na qual identificava nos movimentos políticos encabeçados por pecuaristas e pelas elites do agronegócio o que ela chamou de “agrobolsonarismo”.⁴ Não era por nada. As disputas fundiárias e os conflitos socioambientais marcam a história da região amazônica há séculos. E Jair Bolsonaro tinha um lado claro. Ainda

² Organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundado em 1961, para atuar em ações diretas de educação popular com objetivo de promover a integração humana e superar a desigualdade social. Disponível em: <http://www.meb.org.br/home/>.

³ O MDB era o partido político que à época fazia oposição à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que, por sua vez, cumpria o papel da “situação”, ao passo que apoiara os militares no golpe de Estado realizado em 1964.

⁴ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agrobolsonarismo/>. Acesso em: 14 fev. 2023.
Caminhos de Diálogo, Curitiba, ano 11, n. 19, p. 261-272, jul./dez. 2023
262 ISSN 2595-8208

A sustentação católica do bolsonarismo na Amazônia Legal brasileira

candidato à presidência, em 2018, afirmou repetidas vezes que não demarcaria “nem um centímetro de terra indígena”.⁵ Apoiou as atividades mineradoras inclusive dentro de reservas indígenas,⁶ e seus ministros defenderam literalmente “passar a boiada” sobre a Amazônia.⁷ O desmonte dos órgãos de vigilância e monitoramento resultaram num aumento exponencial da grilagem de terras.⁸ E o desmatamento, conforme dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), cresceu mais de 50% na gestão Bolsonaro.⁹ Ficou garantida a expansão ilimitada – já que poderiam avançar sobre quaisquer terras – das fronteiras agrícolas e da mineração sobre o bioma amazônico: o melhor dos mundos para os ruralistas.

Boa parte dos sulistas que migraram para a Amazônia e agora sustentam-se do trabalho com o agronegócio sentiram-se representados pelo discurso de extrema direita assumido por Jair Bolsonaro. Os povos indígenas e a população empobrecida, em sua maioria, apoiaram a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, quando Bolsonaro era candidato à reeleição. A Igreja católica, como instituição que se pretende universal, alinhou-se mesclada e paradoxalmente a ambos os espectros políticos. E embora a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tenha sido muitas vezes taxada de esquerdista,¹⁰ e as comunidades católicas, desde o período da ditadura militar tenham estado mais vinculadas ao espectro da esquerda e ao Partido dos Trabalhadores (BARBOSA, 2007), nas eleições de 2022, muitos clérigos se manifestaram publicamente em favor da candidatura de Jair Bolsonaro – mesmo que ele viesse defendendo um governo de viés evangélico (protestante).

Este estudo quer compreender quais argumentos teológicos e, numa visão mais alargada, quais fundamentos de cunho religioso, deram sustentação à ala católica que fez opção por Jair Bolsonaro. Em vistas deste empenho, buscaremos evidenciar a seguir como se articulam os espectros políticos e as igrejas cristãs no Brasil, para, em seguida, empreendermos um estudo de caso sobre o presbítero de Cuiabá, Paulo Ricardo de Azevedo.

1 CATEGORIAS COMPREENSIVAS SOBRE O POLÍTICO-RELIGIOSO NO BRASIL

O filósofo italiano Norberto Bobbio (1995) afirma que a esquerda política procura eliminar as desigualdades sociais com medidas protecionistas, enquanto a direita defende que tais desigualdades sejam naturais e que a sociedade se autorregula. A evocação de Bobbio a essa

⁵ Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/02/08/nem-um-centimetro-mais-para-terras-indigenas-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/04/governo-bolsonaro-utiliza-agu-para-defender-mineracao-em-terras-indigenas-mesmo-sem-lei.shtml>. Acesso em: 14 fev. 2023.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 14 fev. 2023.

⁸ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/01/relatorio-aponta-desmonte-de-orgaos-e-grilagem-na-amazonia-com-dados-do-car>. Acesso em: 14 fev. 2023.

⁹ Disponível em: <https://ipam.org.br/desmatamento-na-amazonia-cresceu-566-sob-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/583781-bolsonaro-sobre-os-bispos-brasileiros-eles-sao-a-parte-podre-da-igreja-catolica>. Acesso em: 14 fev. 2023.

discussão cumpre o papel de afirmar que a dicotomia entre direita e esquerda continua a ser relevante na política atual. De modo generalista, a política de esquerda esteve quase sempre associada ao laicismo e à defesa da separação entre Estado e Igreja. O catolicismo latino-americano evocado anteriormente sob o guarda-chuva das pesquisas de Löwy (2000), no entanto, se apresenta como uma contradição. Enquanto a teologia da libertação, marcadamente de esquerda, buscou articular a fé cristã com a luta pela justiça social e a transformação política, a direita, sobretudo a brasileira, muitas vezes tem buscado estabelecer alianças com as igrejas e utilizar a religião como uma ferramenta de legitimação do poder.¹¹ Contudo, as relações entre os espectros políticos e as religiões no Brasil podem ser bastante mais complexas e contraditórias.

A direita no Brasil tem, histórica e atualmente, se associado aos setores religiosos mais conservadores. Aqui incluem-se, sobretudo, as igrejas evangélicas e neopentecostais; não obstante, uma ala da Igreja católica também aderiu ao movimento encabeçado por Bolsonaro nos últimos anos. O conservadorismo político, conforme Trigueiro (2015), é uma tradição eminentemente moderna, com raízes traçadas na crítica de Edmund Burke à Revolução Francesa. Deste modo, ele pode ser visto como um epifenômeno da Revolução Francesa. No Brasil, contudo, o conservadorismo é caracterizado por uma falta de textos fundamentais e uma tendência a se apresentar como não ideológico. Entretanto, isso não o exime de buscar interditar a liberdade e a autonomia das classes pobres.

Os setores religiosos conservadores brasileiros têm se organizado em torno de temas como o combate à ideologia de gênero, a defesa da chamada família tradicional e o enfrentamento do que consideram ser uma suposta perseguição aos valores cristãos por parte da esquerda mundial e dos movimentos sociais. Tal embate, carregado de argumentos fundamentalistas, minou as eleições presidenciais de 2018, quando a candidatura de esquerda foi criticada por setores evangélicos baseados numa pauta moral recheada com *fake news*. É sob esse aspecto que Aguiar (2020) aborda a voz das tecnologias digitais e a participação ativa dos evangélicos no processo eleitoral brasileiro naquele ano.

O autor destaca que a campanha de Jair Bolsonaro se baseou quase que exclusivamente em estratégias digitais e no apoio massivo dos evangélicos, que utilizaram as redes sociais como um espaço de ativismo para influenciar o debate público. Conforme Aguiar, isso teria impulsionado uma onda religiosa e conservadora que se contrapôs à visibilidade de minorias que, até passado recente, estavam em ascensão. Outro aspecto destacado pelo artigo de Aguiar e de potencial importância para a nossa pesquisa diz respeito ao fato de a tecnologia digital ter impactado profundamente a religião, expandindo as formas de mediação e ampliando a esfera pública para questões religiosas.

As redes sociais, em verdade, já não são apenas ferramentas de influência de ideias, mas também constituem uma nova ecologia comunicacional e se tornaram parte integrante da cultura

¹¹ Conforme Macedo (2000), onde o pastor, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, expõe seus planos de ocupação da política brasileira em nome de Deus.

A sustentação católica do bolsonarismo na Amazônia Legal brasileira

atual. Por sua vez, as religiões, particularmente as tradicionais, disputam espaço com novos movimentos religiosos e visões laicas do mundo, criando um ambiente plural e conflituoso. Aguiar argumenta que a ocupação do espaço político por grupos religiosos é um sintoma da secularização sobre a qual discorreu Berger (2018), mas também uma forma de contraposição a essa tendência – coisa também identificada por Berger (2001) como dessecularização. O paradoxo é que a mesma tecnologia que permite a tomada da palavra por minorias também permite o engajamento religioso em questões políticas, como uma mobilização contra ou a favor de uma lei, ou em torno de um candidato em eleição tal e qual ocorreu em 2018 e, mais recentemente, em 2022.

Alguns autores como Martins (2021) vão identificar no bolsonarismo traços de uma religião própria, na qual Bolsonaro seria identificado ao messias esperado e redentor, e seus fiéis eleitores identificados a idólatras: isso, obviamente, desde a perspectiva cristã pela qual o autor objetiva sua leitura do fenômeno aludido. O fato é que, entre direita e esquerda, conservadorismo e progressismo, tradição e modernidade, idolatria e ortodoxia, a Igreja católica revelou-se, mais uma vez, plural, passando a apoiar, em muitos casos públicos, a candidatura do político de extrema direita que se apresentava como messias. O texto que segue situa o contexto eclesial solidificado na Amazônia brasileira e dá a conhecer um dos personagens principais do discurso conservador naquele território. Além disso, no estudo a seguir explicitaremos as perspectivas sob as quais Bolsonaro passa a ser compreendido como “messias”.

2 A IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E O MESSIANISMO BOLSONARISTA

A presença católica na Amazônia remonta ao início da colonização europeia, no século XVI. Os primeiros missionários a chegar à região foram os jesuítas, que tinham como objetivo evangelizar os indígenas e convertê-los à fé católica. Por isso, ao longo dos séculos, o catolicismo teve um papel decisivo tanto na colonização como na formação da sociedade amazônica. No século XIX, o catolicismo consolidou sua presença na Amazônia com a chegada de novas ordens religiosas, como os salesianos e os franciscanos (HOORNAERT, 1992). A partir da segunda metade do século XX, ela começou a se engajar em questões mais sociais e políticas, passando a defender os direitos dos povos originários à posse da terra e a criticar a exploração desenfreada dos recursos naturais (CASALDÁLIGA, 1971). A partir de 1972, com o Encontro dos Bispos da Amazônia em Santarém, Pará, a Igreja começou a adotar uma abordagem mais contextualizada e inculturada em relação à evangelização. Esse movimento enfatizava a importância da encarnação da mensagem cristã, e defendia a justiça social e a libertação dos oprimidos (SILVA; MARTINS FILHO; STEINER, 2022).

Nos últimos anos, os bispos da Igreja católica na Amazônia têm se engajado de modo mais comprometido em questões ambientais e de proteção dos direitos dos povos originários, sobretudo por adesão aos direcionamentos pastorais advindos do magistério do papa Francisco.

Em outubro de 2019, foi realizada em Roma a Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a região Pan-Amazônica, que discutiu temas como a defesa e a evangelização da Amazônia, a proteção dos povos indígenas e o papel da Igreja na região. Esse encontro foi um marco na história da Igreja amazônica, e reflete a importância que a região tem adquirido nas discussões globais sobre a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos. O sínodo resultou em um documento que aponta caminhos para uma pastoral mais contextualizada e inculturada, abordada para a defesa da vida, da justiça social e da ecologia integral (SILVA; MARTINS FILHO; JIMENO, 2022).

No entanto, assim como em outras regiões do mundo onde o catolicismo abriga uma diversidade de opiniões e perspectivas entre seus membros, existem clérigos na Amazônia que têm posições bastante conservadoras em relação a temas como a liturgia, a moralidade sexual e o papel da mulher na Igreja. Aqui, daremos destaque à atuação bastante midiática do padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior, do clero da arquidiocese de Cuiabá, Mato Grosso, que catalisa e impulsiona o conservadorismo católico por meio de suas redes sociais e da rede de televisão Canção Nova. Os envolvimento do referido padre já na campanha eleitoral de 2018 geraram controvérsias, uma vez que, como padre, esperava-se dele que mantivesse uma posição imparcial e não endossasse candidatos ou partidos políticos de forma explícita. Por isso, seus sermões em favor de Jair Bolsonaro geraram reações diversas. Paulo Ricardo é conhecido por se opor a temas que consideram contrários à moral cristã, como o que ele chama *ideologia de gênero* e *marxismo cultural*.

Em 2011, Paulo Ricardo ficou conhecido por defender o armamento da população brasileira e chamar de “hipócritas” quem se emocionou diante dos assassinatos de 11 crianças em Realengo, no Rio de Janeiro, em um atentado.¹² Em 2015, publicou¹³ uma foto de si mesmo, ao lado de Olavo de Carvalho, ambos armados com espingardas de caça (Fotografia 1). Em janeiro de 2019, o padre, defendendo a frase “menino veste azul e menina veste rosa” proferida pela, então, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, divulgou informações falsas em um programa da TV Canção Nova sobre a Suécia,¹⁴ afirmando que as crianças suecas eram obrigadas a frequentar a escola vestidas de laranja como parte de um projeto educacional chamado “ideologia de gênero”, e que os pais que não aceitassem essa obrigatoriedade eram forçados a se exilar em ilhas no Atlântico norte. A Embaixada da Suécia no Brasil emitiu uma nota desmentindo essas informações, explicando que não há nenhuma obrigatoriedade de usar roupas laranjas na escola, e tampouco um projeto educacional de ideologia de gênero que obrigue as crianças a ter uma sexualidade neutra. Além disso, a Suécia não possui ilhas no Atlântico norte

¹² Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/episodios/a-igreja-e-o-desarmamento>. Acesso em: 14 fev. 2023.

¹³ Disponível em: https://www.facebook.com/padrepaulo/posts/830979096978636/?locale=pt_BR. Acesso em: 14 fev. 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/586060-embaixada-da-suecia-desmente-fakenews-de-padre-belico-de-mt-ligado-a-bolsonaro>. Acesso em: 14 fev. 2023.

A sustentação católica do bolsonarismo na Amazônia Legal brasileira

e o Estado sueco não interfere em questões de cunho familiar. A embaixada ressaltou que meninos e meninas são tratados igualmente naquele país, independentemente de sua origem, cor, religião ou gênero.

FOTOGRAFIA 1 – PADRE PAULO RICARDO ARMADO



Fonte: Py (2021).

Conhecido como o “Malafaia” católico, Paulo Ricardo embarcou de cheio na campanha de Bolsonaro. E passou a fundamentar sua posição a partir de recortes da doutrina da Igreja católica, isto é: contra o aborto, contra a igualdade de gênero e a favor de um modelo de organização política em alguma medida similar à cristandade – no qual a Igreja controlava o Estado. É paradoxal pensar que a separação entre a Igreja católica e o Estado se deu muito em virtude da Reforma Protestante, e na sequência, perceber que as igrejas evangélicas estão, atualmente, aspirando apoderar-se do aparato estatal para legislar conforme a fé delas. E mais paradoxal ainda: que um padre católico conservador apoie este movimento.

Por “marxismo cultural”, Paulo Ricardo entende o mesmo que Olavo de Carvalho (2016), de quem, aliás, se considerava seguidor e amigo. Tratar-se-ia de uma suposta conspiração de intelectuais de esquerda, de raiz gramsciana, que atua com o intuito de difundir ideias marxistas na cultura ocidental. Segundo a visão de Carvalho, esses intelectuais haviam abandonado a luta de classes tradicional do marxismo e passado a promover a luta cultural, com o objetivo de destruir os valores tradicionais e instalar uma ditadura cultural. A adesão do proletariado aos conflitos imperialistas no início do século XX e o fracasso das revoluções socialistas nos países incluídos teria levado os intelectuais marxistas a concluir que os proletários eram incapazes de enxergar seus próprios interesses e que a cultura ocidental era a responsável por essa insanidade deles. Na perspectiva de Carvalho, em vez de corrigir sua teoria, o marxismo passou a buscar destruir a cultura ocidental por meio da educação que doutrinaría as crianças a serem – nas

palavras dele¹⁵ – “abortistas, gayzistas e etc” bem como por meio do “monopólio esquerdista” que controlaria atualmente toda a opinião pública brasileira, e não somente.

Essa conspiração teria começado com a Escola de Frankfurt, um grupo de intelectuais alemães do século XX que teria desenvolvido teorias que misturavam marxismo com freudismo e que seria responsável por disseminar ideias como o feminismo, o multiculturalismo, a teoria crítica e a ideologia de gênero. Olavo de Carvalho afirma que essa conspiração se seguiu para universidades, meios de comunicação e outras instituições culturais, e que é responsável por uma suposta decadência da cultura ocidental. Sob esse viés, o próprio Carvalho se colocara como um profeta que denuncia a conspiração e indica os caminhos para a superação dela: o principal caminho seria a eleição de Jair Messias Bolsonaro – aquele “messias” que poderia salvar a nação brasileira de todos os males supracitados.

O padre Paulo Ricardo comunga das mesmas ideias e as fundamenta em suas pregações a partir de documentos da Igreja – muitas vezes distorcendo e descontextualizando-os, como foi o caso da referência ao discurso do papa Paulo VI acerca de os cristãos serem pacíficos, mas não pacifistas.¹⁶ O papa, em sua mensagem pelo Dia Mundial da Paz, em 1968, se referia à necessidade de os cristãos não se submeterem abnegadamente a valores contrários à fé cristã. Paulo Ricardo subverteu-a conforme seu interesse e empregou-a para defender o armamento da população brasileira. Enquanto Jesus Cristo, de quem o padre se diz seguidor, foi morto pelo Império Romano exigindo que seus discípulos não fizessem um enfrentamento armado (SILVA; RICHTER REIMER; MARTINS FILHO, 2023), Paulo Ricardo afirma que os cristãos devem armar-se para defender seus valores. Entre os inimigos combatidos verbalmente nas catequeses do padre disponibilizadas no *YouTube*, está a teologia da libertação e, de modo velado, a própria CNBB, por, segundo ele, apoiar aspirações de vieses esquerdistas.

No documentário *A vida interior: a grande vocação*, disponível no *YouTube*,¹⁷ Paulo Ricardo fala sobre sua própria vocação, sobre sua formação intelectual e sobre a constituição do povo e do catolicismo brasileiros. O documentário coloca em evidência o caráter de seita com que o padre interpreta a fé católica. Para ele, há uma verdade escondida, inclusive com o empenho das universidades católicas, como é o caso da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, onde ele estudou. As universidades, segundo esta interpretação, estão repletas de uma suposta ideologia, à qual ele não nomeia, e que seria contrária à fé católica. A argumentação teológica, além de rasa, já que toca o Evangelho, a Tradição e o magistério de formas seletiva e superficial, é distorcida. A fundamentação assumida pelo presbítero recai sobre aqueles aos quais ele denomina “os grandes santos da Igreja”. Não há muitas menções a santos específicos. Tomás de Aquino, Catarina de Alexandria, Teresinha do Menino Jesus são nomeados, mas o conteúdo de seus tratados teológicos não. Desse modo, a “verdade da fé”, da qual Paulo Ricardo diz ser

¹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3OfHc9iF6Y>. Acesso em: 14 fev. 2023.

¹⁶ Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/messages/peace/documents/hf_p-vi_mes_19671208_i-world-day-for-peace.html. Acesso em: 14 fev. 2023.

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n5QaE1kuijw>. Acesso em: 14 fev. 2023.

mensageiro, pode ser entendida como fé pessoal do pregador, mas não como a verdade da fé da Igreja Católica Apostólica Romana, que não se baseia em segredos e divisões.

No contexto da Igreja Amazônica, portanto, enquanto o episcopado, formado pelos reconhecidos sucessores dos apóstolos, estes associados ao múnus sacerdotal de Cristo (PO 2), apontam na direção solicitada pelo papa Francisco, isto é, da Igreja em saída às periferias, o padre Paulo Ricardo, catalisando uma parte significativa do clero, aponta na direção contrária: uma religião intimista marcada pelo sacrifício pessoal e focada na autorreferencialidade eclesial. Pelo fato único de caminhar na contramão do episcopado, o presbítero deslegitima o grau subordinado da ordem do presbiterato à ordem do episcopado (PO 2) e prega algo que não está ligado à missão confiada por Cristo aos seus apóstolos. Os apelos religiosos que projetam Paulo Ricardo a um alcance nacional, portanto, encontram sustentação em outras causas que não são especificamente as religiosas. Estas, por sua vez, estão diretamente ligadas às causas que alimentam o agrobolsonarismo na Amazônia legal brasileira: as causas econômicas.

Se considerarmos as postulações de Durkheim (1996) a respeito dos entrelaçamentos existentes entre religião e sociedade, é preciso ponderar que exista uma implicância mútua entre a economia e o catolicismo na região amazônica. Iniciamos este estudo evidenciando o percurso histórico do agronegócio, permeado pela migração de agricultores sulistas em direção ao Norte brasileiro. Esse movimento tem sustentado a expansão irrestrita das fronteiras agrícolas sobre a maior floresta tropical do mundo, sobre seus povos originários e seus rios. Na sequência do desmatamento surge a mineração, isto é, a exploração exacerbada dos recursos da natureza em nome de um progresso econômico que desconsidera os malefícios que o acompanham. Tal prática, denunciada por boa parte dos bispos católicos da região desde as décadas de 1960 e 1970, tem encontrado respaldo por parte de muitos clérigos, quase sempre alinhados aos posicionamentos do padre Paulo Ricardo, nas últimas décadas.

O fato é que, se até pouco tempo atrás a presença católica na região era mantida por missionários estrangeiros, agora a maior parte do clero é autóctone. Se antes as missões eram financiadas por igrejas e mantenedores europeus, agora os clérigos precisam manter as estruturas paroquiais por meio de promoções, festas, leilões e dízimos. Na prática, o clero tem preferido associar-se ao agronegócio que, em troca de bençãos sobre as lavouras, sustenta financeiramente os clérigos e presenteia-os com inúmeros regalos. Essa relação exige uma sustentação teológica, ou pelo menos baseada em recortes da tradição – com t minúsculo – da Igreja. Seria inconveniente, portanto, reforçar afirmações evangélicas acerca da necessidade da pobreza para ser discípulo de Jesus (Mt 19,16-30; Mc 10,17-31; Lc 18,18-30) ou mesmo que os ricos, conforme o Evangelho, têm dificuldade de entrar na lógica do Reino de Deus (Mt 19,24). Essa dimensão social e de classes é esquecida do Evangelho. Emagrecem o camelo e alargam o buraco da agulha. E fazem um caminho próprio à margem do episcopado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O padre Paulo Ricardo cumpre o papel de remeter o catolicismo, numa primeira olhada, unicamente à dimensão espiritual – já que esvazia a materialidade do Evangelho. Em seguida, ele aponta uma perversão na ordem mundana que exige o comprometimento dos cristãos na política em favor de um candidato específico. Com isso, a fé católica assume as características do fundamentalismo religioso. Mas, além disso, a relação do padre Paulo Ricardo com o bolsonarismo pode ser vista como um reflexo da tensão que existe dentro da Igreja católica entre progressistas e conservadores. Os primeiros, mais alinhados ao Concílio Vaticano II; os segundos, associados às diretivas do pontificado de João Paulo II, que incidiu pesadamente sobre a formação nos seminários e quis uniformizar ao máximo os presbíteros da Igreja. Contudo, o apoio público do padre – e não somente dele, mas de muitos daqueles que comungam de suas ideias – à candidatura de Jair Bolsonaro em 2018 e 2022, bem como suas posições conservadoras em relação a temas como o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a ideologia de gênero, ou mesmo o tratamento de oposição a muitos membros da Igreja que defendem uma abordagem mais progressista em relação a essas questões revelam uma postura teopolítica que justifica, em contraposição ao Evangelho, os argumentos da extrema direita brasileira.

A polarização política e social que tem afetado a sociedade brasileira nos últimos anos também tem se manifestado dentro da Igreja católica, gerando tensões e divisões entre seus membros. A relação de Paulo Ricardo com o bolsonarismo é um exemplo dessa tensão, que reflete o desafio que a Igreja enfrenta em conciliar o conservadorismo de algumas de suas tradições com a necessidade de se colocar em diálogo com as mudanças sociais e culturais que ocorrem no país e no mundo – como pedira o Concílio Vaticano II, também atacado pelo padre Paulo Ricardo e seus seguidores. Deste modo, associando-se a uma visão conspiradora e apoiando-se em recortes controvertidos do magistério da Igreja, os discursos do referido padre referendam a ala bolsonarista da Igreja católica no Brasil; coisa que faz, também paradoxalmente, a partir do território amazônico brasileiro. ✨

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Carlos Eduardo Souza. Ativismo digital evangélico e contrassecularização na eleição de Jair Bolsonaro. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 18, n. 56, p. 600-624, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/22622/17746>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BARBOSA, Imerson Alves. **A esquerda católica na formação do PT**. 2007, 167f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2007.

BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-24, abr. 2001. Disponível em: <https://religioesociedade.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Religiao-e-Sociedade-N21.01-2001.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

A sustentação católica do bolsonarismo na Amazônia Legal brasileira

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 2018.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

CARVALHO, Olavo. **A nova era e a revolução cultural**: Fritjof Capra e Antonio Gramsci. Campinas: Vide Editoria, 2016.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e marginalização social**. São Félix, [s.n.], 1971.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Decreto Presbyterorum ordinis: sobre o ministério e a vida dos presbíteros. In: CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2002.

DICKEL, Simone Lopes. **Terras da Annoni**: entre a propriedade e a função social. Curitiba: Prismas, 2017.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACEDO, Edir. **Plano de poder**: Deus, os cristãos e a política. São Caetano do Sul: Thomas Nelson, 2000.

MARTINS, Yago. **A religião do bolsonarismo**: um ensaio teológico. Campo Grande: Episteme, 2021.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. **Reforçando a rede de uma Igreja missionária**: avaliação pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia. São Paulo: Paulinas, 1997.

PY, Fábio. Padre Paulo Ricardo: cavaleiro de batina do apocalipse pandêmico. **Centro de Estudos Bíblicos**, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://cebi.org.br/artigos-e-reflexoes/padre-paulo-ricardo-cavaleiro-de-batina-do-apocalipse-pandemico/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SCHWANTES, Norberto. **Uma cruz em Terranova**. São Paulo: Scritta, 1989.

SILVA, Daniel Carvalho; MARTINS FILHO, José Reinaldo Felipe; JIMENO, Pedro Ricardo Barreto. O Concílio Vaticano II na Amazônia: entrevista ao cardeal peruano, Pedro Barreto. **Caminhos**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 138-144, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/12556/5670>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SILVA, Daniel Carvalho; MARTINS FILHO, José Reinaldo Felipe; STEINER, Leonardo Ulrich. O Concílio Vaticano II na Amazônia: entrevista ao arcebispo de Manaus, dom Leonardo Ulrich Steiner. **Caminhos**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 145-151, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/12564/5683>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SILVA, Daniel Carvalho; RICHTER REIMER, Ivoni; MARTINS FILHO, José Reinaldo Felipe. Violência ou não violência: Jesus e o paradoxo das interpretações sobre sua prática. In: RICHTER

Revista Brasileira de Diálogo Ecumênico e Inter-religioso

REIMER, Ivoni (Org.) **A honrosa arte de curar e cuidar**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023. p. 326-341.

SIMON, Pedro. **A diáspora do povo gaúcho**. Brasília: Senado Federal, 2009.

TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. **Revista Estudos Políticos**, Niterói, v. 6, n. 11, p. 97-118 jan./jun. 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/39782/22872. Acesso em: 14 fev. 2023.

Recebido em: 28/06/2023.

Aceito em: 28/08/2023.